



1

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPG – RIO DE JANEIRO/RJ – 14/10/2011
ATA 16/2011

2

3

4

5 Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, no
69º andar do edifício sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, localizado na
7Avenida Marechal Câmara, 370, Centro, Rio de Janeiro, em Reunião Ordinária do
8Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da
9União, estiveram presentes os Excelentíssimos Senhores Doutores: Ivana Lúcia Franco
10Ceia, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá; Francisco das Chagas Santiago da Cruz,
11Procurador-Geral de Justiça do Amazonas; Wellington César Lima e Silva, Procurador-
12Geral de Justiça da Bahia; Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, Procuradora-Geral de
13Justiça do Ceará; Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-Geral de Justiça do
14Distrito Federal e Territórios; Fernando Zardini Antônio, Procurador-Geral de Justiça do
15Espírito Santo; Eduardo Jorge Hiluy Nicolau, Subprocurador-Geral de Justiça para
16Assuntos Jurídicos, representando Maria de Fátima Rodrigues Travassos Cordeiro,
17Procuradora-Geral de Justiça do Maranhão; Marcelo Ferra de Carvalho, Procurador-Geral
18de Justiça do Mato Grosso; Paulo Alberto de Oliveira, Procurador-Geral de Justiça do
19Mato Grosso do Sul; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça de Minas
20Gerais; Antônio Eduardo Barleta de Almeida, Procurador-Geral de Justiça do Pará;
21Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba; Olympio de Sá
22Sotto Maior Neto, Procurador-Geral de Justiça do Paraná; Aguinaldo Fenelon de Barros,
23Procurador-Geral de Justiça de Pernambuco; Zélia Saraiva Lima, Procuradora-Geral de
24Justiça do Piauí; Cláudio Soares Lopes, Procurador-Geral de Justiça do Rio de Janeiro,
25Presidente do CNPG; Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-Geral de Justiça do Rio
26Grande do Norte; Eduardo de Lima Veiga, Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do
27Sul; Héverton Alves de Aguiar, Procurador-Geral de Justiça de Rondônia; Lio Marcos
28Marin, Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina; Francisco Stella Junior,
29Subprocurador-Geral de Justiça – Relações Externas, representando Fernando Grella
30Vieira, Procurador-Geral de Justiça de São Paulo; Orlando Rochadel Moreira, Procurador-
31Geral de Justiça de Sergipe; Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz, Procuradora-Geral da
32Justiça Militar; Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho. O Senhor
33Presidente declarou aberta a sessão, desejando boas vindas a todos, destacando estar
34muito honrado na presidência do Colegiado. O Presidente destacou a presença do
35Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, Jeferson Luiz
36Pereira Coelho, que recentemente foi empossado nesta relevante função. O Corregedor
37agradeceu as palavras do Presidente e fez uma breve síntese de suas propostas na
38Corregedoria Nacional. Solicitou a palavra Aguinaldo Fenelon de Barros, Procurador-
39Geral de Justiça de Pernambuco, que destacou o papel relevante do Presidente na união
40dos Ministérios Públicos, bem como elogiou o papel relevante do Corregedor Nacional.
41Neste mesmo sentido, manifestaram-se Manoel Onofre de Souza Neto, Procurador-Geral
42de Justiça do Rio Grande do Norte, Fernando Zardini Antônio, Procurador-Geral de
43Justiça do Espírito Santo e Maria do Perpétuo Socorro França Pinto, Procuradora-Geral de

1

1Justiça do Ceará. O Presidente agradeceu as manifestações e frisou que se empenhará
2não apenas na união dos Ministérios Públicos, mas também no relacionamento
3harmônico e próximo do CNMP e da CONAMP. Em seguida, foi dada a palavra a Jarbas
4Soares Junior, membro do CNMP, que fez um breve balanço sobre o início de seu
5mandato no Conselho Nacional. O Conselheiro esclareceu sobre a mudança de postura
6do CNMP sobre as requisições aos Procuradores-Gerais, passando tal medida a ser
7decidida pelo Colegiado e não pelas comissões, dando-se preferência aos pedidos de
8vista com a finalidade de evitar-se qualquer constrangimento. O Presidente parabenizou
9a iniciativa do CNMP, sobretudo por buscar preservar a autonomia dos Ministérios
10Públicos. Ato contínuo, Francisco Stella Junior, Subprocurador-Geral de Justiça de
11Relações Externas do Ministério Público de São Paulo, parabenizou o evento por sua
12grandiosidade e disse ser gratificante ver a postura dos novos Conselheiros do CNMP.
13Wellington César Lima e Silva, Procurador-Geral de Justiça da Bahia, solicitou a palavra,
14para parabenizar o evento de posse da nova Diretoria do CNPG, nominando
15individualmente os seus Vice-Presidentes, bem como as iniciativas do CNMP e de seu
16novo Corregedor Nacional. O Presidente agradeceu as palavras do Procurador-Geral da
17Bahia, dizendo contar com sua colaboração nas iniciativas do Colegiado, sobretudo por
18sua capacidade intelectual. Indagados se alguém teria mais alguma consideração a fazer
19aos Conselheiros presentes, todos permaneceram em silêncio. O presidente agradeceu a
20presença dos Conselheiros, convidando-os a permanecerem à reunião. O Presidente
21solicitou uma rápida apresentação do Promotor de Justiça Leônidas Filippone Farrulla
22Júnior sobre o projeto *Em Nome do Pai* que está tendo muita visibilidade, sendo,
23inclusive, capa de revista. O Presidente, ante a necessidade de ausentar-se por alguns
24instantes, solicitou que a Procuradora-Geral Cláudia Márcia Ramalho Moreira Luz
25assumisse a presidência da mesa. A Presidente em exercício deu a palavra ao Promotor
26de Justiça Leônidas Filippone Farrulla Júnior. O promotor ressaltou inicialmente que o
27programa *Em nome do Pai* é fruto da Gestão Estratégica do Ministério Público, e que já
28está em andamento há cerca de 01 (um) ano. Esclareceu que estão sendo tomadas
29medidas para fazer valer a aplicação da Lei federal nº 8.560/1992 no momento do
30registro da criança. Neste sentido, foi preparado um material de divulgação e realizado
31contato com a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Ressaltou a
32importância do Provimento nº 13 do CNJ, que determina as unidades interligadas,
33fazendo com que as crianças saiam da maternidade já com o registro. Ao mesmo tempo
34em que apresentou diversos dados estatísticos, explicou que o projeto possui a finalidade
35de, sobretudo, erradicar o subregistro civil de nascimento, destacando que a paternidade
36não é um direito da mãe da criança, a qual não detém o poder de decidir se deve ou não
37revelar o nome do pai, muito embora não se consiga apurar sem a sua ajuda; a
38paternidade é um direito sobretudo da criança. O promotor fez menção a algumas
39dificuldades, dentre as quais, a eventual dificuldade de acesso às mães, por falta de
40tempo ou por receio de alguma medida por parte do Ministério Público, e identificação e
41localização dos supostos pais. O palestrante ressalta a importância do projeto, também
42como uma ferramenta de gestão da saúde pública, com vistas a uma promoção de
43campanhas educativas em locais festivos, bem como nas escolas. Quanto aos resultados

1

1do projeto, destacou: a regularização do registro civil do público infanto-juvenil, com o
2consequente conhecimento das origens e a conquista da plena identidade emocional e
3física (p.e., para fins de transplante de órgãos e transfusão de sangue); a conscientização
4da sociedade; a valorização das pessoas; o resgate da paternidade responsável e a
5integração entre a população e o MP. Dr. Leônidas fez questão de destacar que o projeto
6pode ser implementado em todo o território nacional, uma vez que não é necessária uma
7complexa estrutura física para a sua viabilidade. Neste pormenor, registrou a parceria
8entre o MP/RJ e o MP/BA, este último com o Projeto *Pai legal*. Fez destaque ao
9Provimento nº 12/2010 do CNJ, o qual determina que os Tribunais de cada estado atuem
10em um mesmo sentido, no sentido da erradicação do subregistro paterno, e que cada TJ
11arcará com o exame de DNA. O promotor esclareceu que foi montada uma Secretaria de
12Apoio no Centro de Apoio da Capital, para auxiliar aos promotores do Interior do estado
13menos providos de estrutura. Jarbas Soares, conselheiro do CNMP, solicitou a palavra
14para parabenizar a iniciativa, pelo que foi seguido também pelo Procurador-Geral de
15Justiça do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Neto, que, a seu turno, além de felicitar a
16nova diretoria, ressaltou a importância de os Oficiais do Registro Civil prestarem os
17devidos esclarecimentos acerca da importância da paternidade responsável. Dr. Leônidas
18destacou que uma das vertentes do projeto é a função educativa, para o que se
19confeccionou o material educativo, e que a ideia é que a mãe, em não apontando o
20nome do pai, seja encaminhada a uma sala para assistir ao vídeo institucional que foi
21mostrado na oportunidade. O Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Norte,
22Manoel Onofre, frisou que já conhecia esse projeto do Rio de Janeiro, sendo merecedor
23de aplausos, e apontou como funciona o sistema em seu Estado, onde uma pessoa do
24Oficial do Registro Civil, na maternidade, busca ter esse contato com a mãe,
25conscientizando-a sobre o direito da criança à paternidade e colhendo os documentos
26necessários ao registro lá mesmo, de maneira que a criança já saia da unidade de saúde
27com o registro. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral de Justiça da Paraíba,
28parabenizou o Presidente pela posse, bem como elogiou o projeto *Em Nome do Pai*,
29mencionando a importância da participação do promotor Leônidas na implementação de
30projeto semelhante no MP/PB, denominado *De nome legal*. Wellington César Lima e
31Silva, Procurador-Geral de Justiça da Bahia, após parabenizar o palestrante, sugeriu que
32as boas práticas reconhecidas pelo Colegiado fossem encaminhadas ao conhecimento do
33CNMP para ciência. O Presidente colocou em votação a sugestão, que foi aprovada por
34unanimidade. Em seguida, foi exibido o vídeo sobre o projeto *Em Nome do Pai*. Em
35seguida, o Presidente esclareceu que a posse do Colegiado teve grande repercussão na
36mídia, exibindo as matérias aos presentes. O Presidente suspendeu a sessão, às 16h45,
37para um breve intervalo. Reabertos os trabalhos às 17h08, o Presidente convidou o
38Senador Lindberg Farias e o Deputado Federal Alessandro Molon para integrarem a
39Mesa, destacando que são dois parlamentares com projeção nacional. O Presidente
40informa que Alessandro Molon era deputado estadual, em dois mandatos, sendo uma
41liderança no RJ e, depois, concorreu à Câmara dos Deputados, sendo membro da
42Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa. É um grande defensor da sociedade,
43estando certo de que pode-se contar com ele para discutir com acessibilidade os pleitos

1

1do Ministério Público. O mesmo foi dito em relação ao senador Lindberg Farias, que fez
2uma grande gestão como prefeito de Nova Iguaçu e, em uma eleição disputadíssima,
3concorrendo com outros quatro nomes de expressão no RJ, obteve quatro milhões e
4duzentos votos, e destacou que conta com a acessibilidade de seu gabinete para os
5propósitos Ministeriais. O deputado Alessandro Molon saudou e cumprimentou a todos.
6Fez uma breve apresentação de seu currículo, esclarecendo que é formado em História e
7em Direito. O Deputado esclareceu a importância do Ministério Público para a sociedade,
8bem como relatou algumas iniciativas que tomou em parceria com o *Parquet*, em âmbito
9estadual e federal, mediante a oferta de inúmeras representações, a exemplo do
10combate ao trabalho escravo. Externou sua gratidão por ter sido agraciado, em 2009,
11com a Medalha do Mérito do Ministério Público. O parlamentar falou sobre três temas
12específicos. O primeiro, relativo à sua atuação no âmbito da Comissão de Segurança
13Pública e Combate ao Crime Organizado, onde propôs a recriação de uma Subcomissão
14de Controle de Armas e Munições, para fazer valer o Estatuto do Desarmamento.
15Mencionou também que se encontra na referida Comissão projeto de lei que tipifica a
16organização criminosa, além de prever a questão de infiltração de agentes, com o
17objetivo de ser aprovada até o fim do ano. O segundo ponto, um tema caro, tratou da
18qualificação da perícia no Brasil. Muitas vezes, conforme o parlamentar, não há
19denúncia, ou soltam-se os presos, pois a perícia é fraca. Relatou que no estado do Rio de
20Janeiro, por exemplo, há cerca de 400 peritos, quando o ideal seria 2.500. O IML ,
21inaugurado há menos de 02 anos, dispõe de câmara frigorífica inapropriada (de
22açougue), falta de pessoal e de insumos. Mencionou que uma lei federal, de autoria do
23Deputado Arlindo Chinaglia, de São Paulo, garante autonomia técnica, funcional, mas não
24administrativa, orçamentária e financeira aos institutos de perícia. Realçou que o
25Ministério da Justiça anunciou a intenção de montagem de laboratórios básicos em cada
26Estado e de 05 (cinco) superlaboratórios por região – voltados para a produção de provas
27mais detalhadas, possibilitando conhecer, por exemplo, o local de origem de drogas
28apreendidas. O Deputado externou a sua pretensão de apresentar um projeto de lei,
29visando reduzir os repasses voluntários da União àqueles estados que não apresentem
30um nível mínimo de atividade pericial, além de noticiar que está em vias de ser
31promulgada Medida Provisória para criação de um Sistema Nacional de Estatística em
32Segurança Pública, com a obrigatoriedade de alimentação desse sistema pelos estados, o
33que também vinculará as transferências voluntárias da União. Esclareceu que,
34atualmente, o mapa de segurança pública é feita com base em dados de 2008, o que está
35completamente defasado para quem quer combater a violência. Segundo o Deputado
36Molon, estas são as formas de, respeitando a federação, obrigar os estados a avançarem.
37Por fim, o último ponto da apresentação, referiu-se à proposta feita por ele de criação da
38Subcomissão de Crimes e Penas, composta não somente por parlamentares, como
39também pela CONAMP, ANADEP, ANPR, AMP, OAB, com o objetivo, não de fazer um
40novo Código de Processo Penal, mas sim de contribuir para o reequilíbrio das penas na
41Parte Especial do Código Penal e nas legislações esparsas, mediante o estabelecimento
42de critérios razoáveis. Após, a palavra foi concedida ao Senador Lindberg Farias, o qual
43destacou a honraria pelo convite para comparecer à reunião do CNPNG, destacando a

1

1repercussão na imprensa no dia anterior com a posse do Dr. Claudio Lopes como
2Presidente do CNPG. Fez questão de destacar e lamentar as ameaças sofridas pelo
3Deputado estadual do Rio de Janeiro, Marcelo Freixo, pelas milícias do Rio de Janeiro.
4Afirmou não haver verdadeira democracia sem o Ministério Público, colocando-se à
5disposição para a defesa desta Instituição no Senado Federal. O Senador ainda elogiou a
6trajetória do Presidente, Dr. Cláudio Soares Lopes, destacando suas ações à frente do
7Ministério Público do Rio de Janeiro, e convidou o Ministério Público para participar do
8debate nacional, buscando uma República Federativa justa e democrática. Fez menção
9ao nome da juíza Patrícia Accioly, reiterando homenagem realizada no plenário do
10Senado Federal, e afirmou que ela deixou o exemplo de cumprimento do dever de lutar
11pela justiça. Passando ao seu discurso, defendeu a necessidade de um amplo debate
12acerca da questão federativa. Destacou que há uma concentração dos recursos na União
13e esvaziamento dos outros entes federativos, além do fato de os estados estarem
14pagando juros altíssimos de dívida em face da União, e que é necessário promover uma
15repectuação federativa. Em continuação, o Senador ressaltou a importância de promover
16equidade na prática, daí a necessidade de promover um salto revolucionário que
17aproxime o “Brasil real” do “Brasil legal”. Para o Parlamentar, o Ministério Público tem
18uma contribuição-chave, ao empenhar suas energias na garantia dos direitos e das
19liberdades, no cumprimento da legalidade constitucional e do seu espírito, e ainda como
20guardião da cidadania e de seus interesses difusos e como baluarte da dignidade das
21funções públicas e defensor das minorias e dos segmentos mais vulneráveis. Por fim,
22ressaltou que, a exemplo dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), lançou a ideia,
23no Senado Federal, para que seja criado o mecanismo de instrumentos de compromisso
24público, a fim de evitar o esvaziamento das intenções declaradas por autoridades em
25audiências naquela Casa legislativa. O Presidente parabenizou o Deputado e o Senador,
26agradecendo o empenho de ambos na luta pelas causas institucionais. O Conselheiro
27Jarbas Soares solicitou a palavra para parabenizar o Rio de Janeiro, não só pela função
28destacada do Doutor Cláudio Lopes à frente do CNPG, como também pelos dois
29parlamentares, por demonstrarem preocupação e compromisso com as causas públicas.
30O Conselheiro esclareceu que o Ministério Público se afastou do Parlamento, e Doutor
31Cláudio Lopes, pela sua visão acerca da Instituição, está incentivando uma reaproximação
32com a Casa mais democrática desse País. Aguinaldo Fenelon de Barros, Procurador-Geral
33de Justiça de Pernambuco, parabenizou a atuação dos dois parlamentares, sugerindo ao
34Presidente que, a cada reunião, tenhamos um parlamentar nas reuniões para palestrar,
35já que o Ministério Público trabalha com as Leis e esta aproximação com os
36parlamentares é de fundamental importância para a atuação do Ministério Público. O
37PGJ pernambucano fez menção do seu trabalho no Juizado do Torcedor por mais de 05
38(cinco) anos. Pediu apoio aos parlamentares, para que se reveja a questão de o policial
39entrar armado no estádio, mesmo que não esteja em serviço. Na sequência, Dr. Fenelon
40esclareceu que, em Pernambuco, assim como em alguns outros estados, as sessões do
41Conselho Superior do MPPE já são transmitidas ao vivo pela Internet. Adianta que já
42assinou Resolução, determinando que todas as licitações deverão ser transmitidas
43igualmente ao vivo. Ressalta que, em muitos casos, em prefeituras do interior ou mesmo

1

1da Capital, o prefeito é responsabilizado injustamente, já que apenas assina ao final, algo
2que a transparência em todo o processo poderia mudar. Wellington César Lima e Silva,
3Procurador-geral de Justiça da Bahia, manifestou-se no sentido de que o MinistérioP tem
4feito muito na área criminal, mas pode fazer muito mais, como tem ocorrido em outras
5áreas, a exemplo do meio ambiente, consumidor. Ressaltou a necessidade de os Centros
6de Apoio Criminais serem dotados de transversalidade na atuação. Concordou com o
7Senador Lindberg Farias, quanto à necessidade do salto de qualidade para que se
8aproxime de outras áreas de atuação do Ministério Público. Opinou que o fenômeno de
9Segurança Pública não é apenas uma questão de polícia, daí a transversalidade do tema
10e, por fim, louvou a iniciativa das questões federativa e da segurança pública,
11apresentadas, respectivamente, pelo Senador Lindberg Farias e pelo Deputado Federal
12Alessandro Molon. Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral da Paraíba,
13também elogiou a atuação dos parlamentares e destacou que o papel do Ministério
14Público no tocante ao tema da Segurança Pública poderia ser dotado de mais pró-
15atividade. Externou preocupação com superlaboratórios, em face da questão política
16neles envolvida. Na opinião do PGJ paraibano, deputados e senadores influentes
17costumam angariar benefícios para os seus estados, e os demais ficam excluídos. Por fim,
18relatou a dificuldade dos Ministérios Públicos de estados como a Paraíba, no qual, em
19virtude da exiguidade dos recursos, o orçamento Ministerial já atingiu o limite prudencial
20previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal. Maria do Socorro França Pinto, Procuradora-
21Geral de Justiça do Ceará, parabenizou o Presidente pela escolha dos parlamentares que
22trouxeram alguns questionamentos reflexivos. Dirigiu-se ao Deputado Molon,
23parabenizando-o e denotando que sempre se preocupou com o princípio da eficiência e
24fica profundamente arrasada ao saber que os Inquéritos Policiais retornam à Delegacia
25de Polícia, sem um controle de ida e de volta, e ficam décadas à espera de alguma
26providência, uma perícia, por exemplo. Afirmou, ainda, no que tange ao Controle Externo
27da Atividade Policial que os promotores já o fazem, mas são barrados no momento em
28que os inquéritos ficam esperando pela produção da prova pericial. Ao Senador Lindberg
29Farias, lembrou o art. 127 da Constituição Federal, dispositivo em que se verifica ser o
30Ministério Público o grande defensor da democracia brasileira. Parabenizou ainda o
31Senador pela proposta de compromissos públicos, similares aos TACs, a serem
32celebrados pelo Senado. Por fim, a PGJ cearense elogiou Doutor Cláudio Lopes pelo
33convite feito aos Parlamentares. Foi devolvida a palavra ao Deputado Molon e ao
34Senador Lindberg Farias para as considerações finais. O primeiro comprometeu-se com a
35questão da luta por uma igualdade entre os estados e ressaltou a necessidade de as
36pessoas de bem se organizarem, e não agirem de forma isolada. Por sua vez, o Senador
37ratificou a importância de um debate federativo, inclusive para a questão da Segurança
38Pública, e ressaltou a força que detém o Ministério Público para envolver as autoridades
39públicas na resolução de problemas. O Presidente agradeceu, em nome do Colegiado, a
40presença dos parlamentares, destacando o quão gratificante foi a fala e a experiência
41compartilhada. O Presidente acompanhou os parlamentares até a saída e solicitou ao
42Procurador-Geral de Justiça Fernando Zardini Antônio que assumisse a Presidência. Os
43Conselheiros do CNMP Jarbas Soares Jr. e Jeferson Luiz Pereira Coelho, em virtude de

1

1precisarem ausentar-se, fizeram os seus agradecimentos ao CNPG . O Conselheiro
2Jeferson agradeceu a receptividade. O Presidente deu a palavra a Sônia Radin, ex-
3Secretária Executiva do Colegiado para a prestação de contas da gestão anterior, biênio
42010/2011 Doutora Sônia Radin esclareceu que o dinheiro em conta corresponde,
5sobretudo, à sobra do dinheiro do Congresso realizado em 2008, sob a presidência do Dr.
6Marfan, que permaneceu inutilizado desde então. O dinheiro não foi utilizado pelos
7presidentes subsequentes. Os talões de cheques foram devolvidos ao Banco. O extrato
8apresentado corresponde ao do dia 11/10/2011 e distribuído a todos, tendo os
9documentos originais sido entregues ao Presidente. Doutor Zardini esclareceu aos
10demais membros do Conselho que, em reunião dos Vice-Presidentes houve uma
11redistribuição de funções, conforme organograma distribuído a todos. O organograma foi
12aprovado pelo Colegiado. O Presidente reassumiu os trabalhos, elogiando a Dra. Sônia
13Radin pelo trabalho realizado durante o período à frente da Secretaria Executiva do
14CNPNG e pelo apoio na reunião do dia. Submeteu ao Colegiado, após confirmação pelo
15Procurador-Geral do Pará, Doutor Antônio Eduardo Barleta de Almeida, a proposta de a
16Reunião do CNPG naquele estado ser antecipada para coincidir com a realização do
17Congresso Nacional do Ministério Público. A proposta foi aprovada. Após, a Presidência
18passou a palavra ao Doutor Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Procurador-Geral da
19Paraíba, que destacou a minuta e o cronograma, compondo o Ato de Criação da Escola
20Nacional do GNCOG , cujo Termo foi assinado pelo Presidente do CNPG e por Doutor
21Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, Presidente do GNCOG. Em seguida, passou-se a palavra
22a Doutora Ivana Lúcia Franco Cei, Procuradora-Geral de Justiça do Amapá, a qual
23parabenizou o Conselho, o Presidente e o Vice-Presidente da Região Norte. A PGJ do
24Amapá comunicou ao Colegiado a realização, no seu estado, do Encontro do Ministério
25Público em Defesa da Saúde e a Comemoração dos 20 anos do Ministério Público do
26Ministério Público do Amapá, nos dias 29 de outubro a 01 de novembro. Em seguida, foi
27franqueada a oportunidade à Doutora Eunice Pereira Amorim Carvalhido, Procuradora-
28Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a qual informou ao
29Colegiado a edição, pelo STF, da Resolução nº 469, de 30 de setembro de 2011, a qual
30alterou o artigo 5º da Resolução nº 404, de 07 de agosto de 2011, e esclareceu que a
31partir desta alteração o órgão recorrente deve indicar como parte o nome de quem
32efetivamente o represente no feito. Após deliberação do Colegiado, foi aprovada a
33proposta de envio de Ofício a todos os Procuradores-Gerais, no sentido de científicá-los
34da mudança legislativa aludida. Em seguida, Doutor Cláudio Lopes convidou Doutora
35Eunice Carvalhido, para que ela continuasse à frente da Comissão de Acompanhamento
36dos Tribunais Superiores. A Procuradora-Geral aceitou o convite e agradeceu a confiança.
37Após, Doutora Maria do Socorro França Pinto solicitou a palavra para expor algumas
38questões sobre o Grupo Nacional de Direitos Humanos - GNDH, destacando que não
39conhecia o grupo antes de assumir a Presidência do GNDH, mas que tornou-se
40plenamente a favor dos grupos que trabalham com o GNDH. Segundo Doutora Socorro
41França, o Promotor ou Procurador de Justiça devem ser previamente indicados pelos
42Procuradores-Gerais, mas está convencida da necessidade dos Grupos para
43uniformizarem a atuação do Ministério Público em todo o País. O Presidente destacou



1

1que todos sabem da relevância do GNDH e que ninguém questiona isso. A questão a ser
2discutida é que, por questões econômicas e diárias, talvez seja melhor um controle
3maior sobre isso, assunto a ser focado em reunião restrita, democraticamente, como
4política do Colegiado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CNPG declarou
5encerrada a reunião aberta às 19h25, para fins de continuar em reunião fechada com os
6membros do Colegiado. Nada mais havendo a tratar, foi por mim, Maria Helena Nunes
7Lyra, Secretária-Executiva do CNPG, lavrada a presente ata.

8

9

10

11

12

Claudio Soares Lopes

13

Presidente do CNPG

14

15

16

17

Maria Helena Nunes Lyra

18

Secretária-Executiva do CNPG